

A EDUCAÇÃO INTEGRAL E OS POSSÍVEIS ESPAÇOS DE CONSTRUÇÃO DE VALORES MORAIS

Alana Paula de Oliveira – FCT/UNESP¹

Maria Suzana De Stefano Menin – FCT/UNESP²

Renata Portela Rinaldi – FCT/UNESP³

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar os espaços reservados à educação em valores em oficinas de um programa de educação integral implantado na rede pública da cidade de Presidente Prudente. Para tanto, foram realizadas observações no âmbito de duas escolas de anos iniciais de ensino fundamental que oferecem oficinas no período oposto ao de ensino regular. Analisamos os ambientes com base nas regras estabelecidas, nas relações entre os professores e os alunos, nos alunos entre si, e entre os alunos e as atividades. A educação integral, por permitir mais tempo de convivência, de socialização e de trabalhos coletivos, pode ser um espaço para se construir valores morais. Nas oficinas investigadas, constatamos que, mesmo que de forma não planejada, os valores morais são transmitidos pelos agentes escolares, seja por meio de conversas, discursos ou imposição de regras. Porém, percebemos que não há uma proposta de educação em valores no sentido de conduzir os alunos a refletirem sobre atitudes e comportamentos em situações conflituosas. Para garantir cumprimento das regras e bom comportamento dos alunos, são utilizadas punições e premiações, bem como o poder de uma autoridade. Observamos que não são adotados procedimentos que oportunizem discussão, reflexão e construção de regras, de valores e de princípios.

Palavras-chave: Educação Integral; Educação em Valores; Valores Morais.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP. E-mail: alanapaula@hotmail.com.

² Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP. E-mail: menin@fct.unesp.com.br.

³ Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP. E-mail: renata.rinaldi.unesp@gmail.com.

Introdução

Esse trabalho é decorrente de uma pesquisa de Doutorado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP. A pesquisa intitulada “Educação Integral X Escolas em Tempo Integral: explorando os espaços para a educação em valores” tem o intuito de analisar como a educação integral tem se estruturado no Brasil e de que forma a educação em valores comparece. Para tanto, tem se estudado a legislação educacional, a implantação nacional de educação integral, um programa municipal instituído na cidade de Presidente Prudente, bem como os estudiosos e pesquisadores da área, a fim de verificar a proposta de educação integral e os espaços reservados à educação em valores.

Em 2010, a educação em tempo integral, por meio do Programa Mais Educação, foi instituída em Presidente Prudente com a denominação de Programa Cidadescola, com o objetivo de desenvolver a formação integral das crianças e contribuir para a realização de propostas e práticas curriculares para ampliar a oferta de saberes e de atividades sócio-educativas. A proposta foi implantada em nove escolas de anos iniciais (1º ao 5º ano) de ensino fundamental, por meio do oferecimento de oficinas no período oposto ao do ensino regular. Aos poucos as demais escolas foram aderindo ao programa e ampliando a jornada escolar em tempo integral; e, atualmente, o Programa Cidadescola está inserido nas 31 escolas da rede pública municipal.

Nos termos da Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988), a educação visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho. Compreendemos, assim, que o trabalho escolar deve ultrapassar a formação cognitiva e o cumprimento de conteúdos curriculares, uma vez que é função da escola garantir uma formação integral, favorecendo os aspectos cognitivo, afetivo, físico, linguístico, político, cultural, moral, ético e estético.

Autores defendem que a escola deve educar integralmente os alunos, independente do regime de atendimento, seja parcial ou de tempo integral, de modo que seja um espaço que possibilite experiências múltiplas, que forme pessoas para atuarem de forma reflexiva e crítica em sociedade, que aperfeiçoe as relações interpessoais e que amplie o conhecimento de mundo. Para Gadotti (2009, p. 29), “[...] todas as escolas precisam ser de educação integral, mesmo que não sejam de tempo integral”.

Consideramos inegável o papel que a escola pode desempenhar no desenvolvimento da criança, uma vez que permite inúmeras e variáveis interações,

experiências e vivências. A escola pode ser uma importante ferramenta para educar crianças como cidadãos plenos, conhecedores de seus direitos e deveres; e, acima de tudo, capazes de conviver, de forma respeitosa, em sociedade.

Para Silazaki (2017), a escola regular, que enfatiza apenas o trabalho e o cumprimento de conteúdos curriculares, dificilmente oportunizará tais vivências. Com base nessa concepção, acreditamos que o tempo integral pode ser uma oportunidade para se fomentar a educação integral, uma vez que amplia a jornada de trabalho e as experiências entre pares. Contudo, a qualidade desta educação depende de fins e meios condizentes com a proposta de uma formação humana, política e social, bem como de condições estruturais (espaços físicos e materiais necessários), profissionais capacitados, valorização profissional, atividades de alimentação, saúde e higiene.

Sobretudo, por meio da ampliação da jornada escolar, a escola pode ser fonte de construção e fortalecimento de valores nas crianças. Valores são resultados da projeção de sentimentos positivos sobre objetos, pessoas, relações e sobre os pensamentos e ações das pessoas (ARAÚJO, 2007). Nosso sistema de valores pode ser constituído por valores morais e não morais, como os estéticos, funcionais ou de eficiência, ligados ao poder, à economia ou riqueza, ou outros.

Vásquez (1969) aponta que “quando falamos em valores, temos presente a utilidade, a bondade, a beleza, a justiça, etc., assim como os respectivos polos negativos: inutilidade, maldade, fealdade, injustiça, etc.” (p. 116). Há o valor que atribuímos às coisas ou aos objetos, quer sejam naturais quer sejam produzidos pelo homem e, também, há o valor com respeito à conduta humana e, particularmente, à conduta moral.

O sujeito moral distingue o bem do mal, sendo capaz de escolher pelo que é justo e renunciar ao que é injusto. Para isso, é preciso um exercício contínuo, no plano dos valores, para aprender a escolher; um aprendizado que perdure para a vida toda (BOTO, 2001).

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar os espaços reservados à educação em valores em oficinas de um programa municipal de educação integral, a fim de responder aos seguintes questionamentos: A educação oferecida pelo Programa, por meio das diversas oficinas, propicia práticas de educação em valores morais? Que valores estão mais presentes nas oficinas e de que forma são abordados pelos profissionais responsáveis?

Metodologia

Para o desenvolvimento desse estudo, realizamos uma investigação no âmbito de duas escolas públicas da rede municipal de Presidente Prudente, as quais estiveram entre as nove escolas em que foi implantado o Programa Cidadescola no início da proposta de educação integral do município. Optamos por realizar o estudo em escolas que estão com o programa Cidadescola implantado a mais tempo, ou seja, desde 2010.

A fim de verificar se há um trabalho que favoreça a construção de valores morais, realizamos observações em duas oficinas de cada escola, de aproximadamente 12 horas em cada oficina. Selecionamos as oficinas com base em suas propostas e conteúdos, por serem ministradas em todas as turmas e pelos mesmos professores.

Para eleger critérios de observação, nos inspiraremos em autores do campo da Psicologia da Moralidade (AQUINO; ARAÚJO, 2000; ARAÚJO, 1996; 2000; LA TAILLE, 2006; 2009; MENIN, 1996; 2002; SHIMIZU, 1988; TOGNETTA, 2003; VINHA, 2003; dentre outros) e na técnica de observação e avaliação do ambiente sociomoral elaborada por Tognetta (2003) e nomeada “Ficha de Observação do Ambiente Escolar e as Relações Autoritárias/Cooperativas”. Assim, analisamos os ambientes com base nas regras estabelecidas, nas relações entre os professores e as crianças, entre as crianças e as crianças, e entre as crianças e as atividades.

Resultados

No segundo semestre de 2016, período em que realizamos as observações, a escola A ofereceu as seguintes oficinas: Recreação; Música; Judô; Orientação de estudo e leitura I, com foco em reforço escolar; Orientação de estudo e leitura II, com ênfase em jogos e brincadeiras; Inglês; e Artes. Nesta escola, realizamos observações nas oficinas de Recreação e de Judô por desenvolverem atividades diferentes das aulas do ensino regular e por, aparentemente, serem espaços de interação e trocas entre os alunos.

A escola B contou com as diferentes oficinas: Música; Inglês; Teatro; Recreação; Culinária; Educação para o Trânsito e Cidadania; Orientação de estudo e leitura I, com ênfase em Artes e Orientação de estudo e leitura II, com ênfase em jogos e brincadeiras. As observações aconteceram durante as oficinas “Educação para o trânsito e cidadania” e “Orientação de estudo e leitura II”, uma aparentemente abordar conteúdos próximos ao

objeto de estudo dessa pesquisa e outra sobretudo por ser ministrada em todas as turmas e pelos mesmos professores.

A seguir, descrevemos as observações das oficinas em cada escola, discutindo aspectos relevantes com base na literatura e nos critérios elegidos.

Escola A

Na escola A, cada oficina tem duração de 1h30min e os alunos são agrupados em turmas, conforme a série em que se encontram no ensino regular. Assim, por exemplo, alunos de 2º ano matriculados em período integral compõem uma turma no programa, como demonstramos a seguir:

Turma 1	Alunos de 1º ano
Turma 2	Alunos de 2º ano
Turma 3	Alunos de 3º ano
Turma 4	Alunos de 4º ano
Turma 5	Alunos de 5º ano

Há uma estagiária (graduanda em Pedagogia) responsável por turma e que acompanha os alunos em todas as atividades e auxilia, quando necessário, nas oficinas.

Judô

O professor da oficina trabalha os golpes do judô no coletivo e em duplas. Ele exige rigorosamente a disciplina, hierarquia e ordem das crianças, sendo que, constantemente, avalia e aponta os comportamentos e as atitudes consideradas inadequadas, não apenas em relação à luta, mas também em questões de convivência dos alunos.

Constatamos que o professor não ignora os conflitos, pois durante as observações ele interrompeu várias vezes as atividades para tratar situações problemáticas. Porém, percebemos que as decisões são centralizadas, pois em nenhum momento presenciamos discussões ou diálogo sobre tais questões entre professor-aluno, ou aluno-aluno.

As regras não são construídas coletivamente, sendo as mesmas impostas pelo professor, o qual exige que sejam cumpridas. Há regras para entrar na sala, subir no tatame, vestir o uniforme, formar duplas para lutar, entre outras.

Ao chegarem na sala, os alunos permanecem em fila para colocarem uniforme, o kimono. O professor ajuda os que não conseguem colocar sozinhos. Os alunos que já estão uniformizados devem aguardar no canto da sala, sentados e encostados na parede. Eles não podem subir no tatame sem a ordem do professor e sem antes fazer um cumprimento se curvando.

São as crianças que escolhem com quem querem lutar, mas, se o escolhido não quiser, o professor diz que deve ir. Em vários momentos, crianças foram escolhidas e tiveram que lutar sem demonstrar interesse. Enquanto a dupla luta, os demais permanecem sentados.

Ao final de uma aula, alguns tiraram o kimono antes do comando do professor. Ele ficou muito bravo e mencionou que aquela não era a primeira aula do ano e que, então, eles deveriam saber as ordens e as regras. Como consequência dessa atitude, o professor ordenou que os alunos deixassem o kimono em cima da mesa e saíssem da sala.

Um episódio que nos chamou a atenção foi quando o professor pediu para um aluno sair da atividade que estavam realizando no coletivo, pois enquanto o professor solicitava os golpes, esse aluno estava disperso. Além disso, ele disse que o aluno não trocava de faixa. Em seguida, o professor pediu para os alunos se reunirem para tirarem uma foto. O aluno que foi excluído da aula não queria, então o professor ordenou com muita severidade que ele retirasse o kimono. Para não precisar tirar, ele se juntou com a turma para sair na foto, só que demonstrou estar envergonhado e começou a chorar. Não houve diálogo para o aluno avaliar seu próprio comportamento; pelo contrário, o aluno foi exposto e ridicularizado.

Em outro momento, os alunos chegaram correndo e foram entrando na sala sem seguir a regra da fila. Logo, o professor disse: “Eu mandei entrar na sala?”. Um dos alunos foi pegar o kimono e o professor disse: “Eu mandei pegar?”.

Presenciamos o professor explicando golpes, demonstrando na prática com ajuda dos alunos. Houve momentos para perguntas sobre os novos golpes e outros interesses. O professor exigia que fosse feita uma pergunta de cada vez. Os alunos esperavam o professor falar e a vez de perguntar.

Em todas as aulas, as regras devem ser seguidas; porém, os alunos as cumprem por obediência e não por consciência dos princípios que as regem. Vimos que,

frequentemente, são utilizadas ameaças de castigos e punições na tentativa de garantir obediência dos alunos e o cumprimento das regras. Em todas as turmas, o professor disse várias vezes que só trocava de faixa aqueles alunos avaliados com bom comportamento. As crianças demonstraram ansiedade para trocarem as faixas e, por conta disso, se concentravam e permaneciam atentas aos comandos do professor, principalmente após serem lembradas que logo haveria avaliação.

Por vezes, tanto no período da manhã como no vespertino, o professor se atrasava bastante e os alunos ficavam na sala aguardando com a estagiária que acompanha a turma. Enquanto isso, não havia nenhuma atividade dirigida, os alunos conversavam muito, um falava ao mesmo tempo que o outro e alguns saiam da sala. Quando o professor chegava, os alunos mudavam rapidamente de comportamento, ficando mais calmos e quietos. Portanto, observamos que a postura dos alunos é diferente conforme a situação e a autoridade que se encontra presente. Eles respeitam, ou temem, a presença do professor de judô e as regras estabelecidas por ele, mas não agem da mesma forma com a estagiária.

Percebemos que os alunos menores são mais obedientes e se sujeitam às ordens do professor. Já os maiores se dispersam com outros assuntos, sendo que, enquanto alguns lutam, outros conversam, levantam e andam pela sala. Por vezes, o professor chama a atenção e faz algumas ameaças, como, por exemplo: “Se fizerem bagunça, não vão tomar água”; “Quem bagunçou o ano inteiro, não trocará de faixa”.

Além disso, as aulas com as turmas menores são mais tranquilas e o professor se exalta menos. Há uma queixa frequente por parte do professor e das estagiárias que acompanham as turmas de que os alunos maiores apresentam mais problemas de comportamento, ou seja, respeitam menos as regras, se dispersam e conversam mais durante as aulas.

Os alunos menores delatam situações e reclamam o tempo todo dos colegas. Ao final de uma das aulas, o professor permitiu que os alunos brincassem de queimada, enquanto isso ele ajudava a tirar o kimono dos que fossem sendo queimados. Um aluno foi queimado e não queria sair da brincadeira, então o colega contou para o professor. O professor disse que tem que ser honesto e que ele ficaria de olho. É interessante a ressalva do valor de honestidade, porém, nesse caso, é forte a presença da autoridade, sendo que se entende que as crianças devem cumprir as regras já que o professor está supervisionando.

Durante as observações, não presenciamos situações de violência física. E, nesta oficina, as estagiárias fazem poucas intervenções, pois o professor, que conserva um perfil autoritário, monitora constantemente o comportamento dos alunos.

Recreação

O professor desta oficina é bem comunicativo, brinca com os alunos, demonstrando ter estabelecido uma boa relação professor-aluno, e fala com um linguajar próximo ao deles. Os alunos pareceram gostar muito da oficina e se mostraram interessados pelas atividades recreativas, sendo que todos participaram das dinâmicas, brincadeiras e dos jogos.

Durante as observações, vimos que o professor da oficina atrasa um pouco para chegar na escola. Enquanto isso, as estagiárias responsáveis pelas turmas e os alunos aguardam na sala. O cenário é de muita bagunça e gritos. As estagiárias gritam na tentativa de manterem a ordem, mas não resolvem. Em certo momento, uma estagiária disse que é sempre assim, que “pode morrer de gritar que não tem jeito”.

Contudo, durante as atividades, os alunos se concentram, sem o professor precisar se exaltar. Ao chegar na sala, o professor faz um comando para todos ficarem quietos e sentados. Em seguida, ele reúne as crianças para as brincadeiras. Assim que termina uma já inicia outra, apenas com uma pequena pausa durante o período para tomarem água e irem ao banheiro. Quando o professor prepara uma brincadeira nova, ele ensina na prática com a ajuda de alguns alunos.

As estagiárias que acompanham cada turma fazem intervenções quando necessário, pedindo para os alunos se comportarem e fazerem silêncio. Porém, quando é algo mais grave, brigas ou um batendo no outro, a estagiária encaminha a criança para a Professora Articuladora que exerce a função de diretora do programa na escola. Desta forma, na maioria das vezes, os casos não são tratados pelo professor.

Em uma das observações, o dia estava chuvoso. Quando o professor liberou as crianças para tomarem água, algumas passaram pela chuva e se molharam bastante. Por causa disso, a estagiária chamou as crianças para leva-las à direção, mas o professor pediu para não levar que logo se secariam. Ele pediu para as crianças sentarem no chão e explicou as consequências da atitude dos que passaram pela chuva, explicando que, em casa, com a autorização dos pais, eles poderiam, mas, na escola, teriam que ficar molhados até o final do período. E questionou: vocês pensaram nas consequências quando

passaram pela chuva? As crianças ficaram quietas e não houve debate e outros questionamentos. A estagiária mencionou que, se ela não levar à direção, ela que recebe uma bronca depois, pois tudo que acontece de mais grave deve ser comunicado à Professora Articuladora. Apesar da abordagem do professor, ao final da aula, ele disse para a estagiária que, se ela quisesse, ela poderia levar os alunos que se molharam à diretoria.

Em outro dia, quando acabou a aula, o professor pediu para os alunos pegarem e guardarem os materiais. Poucos ajudaram e outros saíram correndo; com isso, uma aluna se machucou e disse para o professor que um colega a empurrou; então, a estagiária levou a aluna para Professora Articuladora.

Presenciamos alguns episódios em que fossem necessárias intervenções, mas que o professor não as fez. Percebemos que as crianças ficam atentas aos erros dos colegas, sendo que, principalmente, as menores delatam constantemente as situações que não as agradam. Vimos alunos xingando, batendo, tomando a vez do colega, passando rasteira para o outro cair, falando muitos palavrões, e que nenhuma providência foi tomada, no sentido de abordar o ocorrido, oportunizar um diálogo entre os alunos e tentar resolver os conflitos.

Em uma das aulas, o professor propôs uma atividade de competição entre dois grupos e explicou que cada grupo deveria permanecer em fila para um aluno de cada vez percorrer um circuito. Um dos alunos disse para o professor que não chegava a vez dele porque estavam passando na frente. O professor não tomou nenhuma providência, apenas disse para o aluno voltar para sua fila e que logo seria a vez dele. Uma situação semelhante aconteceu com a turma dos alunos maiores, sendo que um aluno reclamou que o colega estava jogando errando e o professor disse “segue o jogo”.

Consideramos que essa oficina pode oportunizar a construção de regras, pois, durante as observações, foram realizadas muitas atividades de competição, em grupos e com regras. Porém, na maioria das vezes, vimos que é o professor quem ordena e dirige as ações dos alunos, e as regras foram estabelecidas e explicadas pelo professor, sem a participação e o consentimento dos alunos.

Podemos dizer que o professor não tem um perfil autoritário, não faz uso de punições e sanções expiatórias. Contudo, não é aproveitado o espaço da oficina, dos jogos e brincadeiras, dos trabalhos em grupos e do uso de regras para a promoção de relações cooperativas e para o fomento da autonomia moral. Pelo contrário, percebemos que o

professor ignora os conflitos ocorridos entre os alunos e as estagiárias utilizam uma autoridade, a Professora Articuladora, para tentar controlar o ambiente.

Escola B

Os alunos são agrupados em turmas, sendo que a Professora Articuladora, responsável pela gestão do programa na escola, estrutura as turmas da seguinte maneira:

Turma verde	Alunos de 2 ^{os} e 3 ^{os} anos
Turma vermelha	Alunos de 2 ^{os} e 3 ^{os} anos
Turma azul	Alunos de 4 ^{os} e 5 ^{os} anos
Turma amarela	Alunos de 4 ^{os} e 5 ^{os} anos

Os alunos de uma mesma sala no ensino regular são divididos no programa; por exemplo, os alunos de uma sala de 2^o ano são divididos nas turmas verde e vermelha, e misturados com alunos de 3^o ano.

Diferentemente da outra escola, nesta as estagiárias não permanecem com as turmas nas oficinas. Elas apenas acompanham os alunos durante os intervalos e em atividades fora da escola.

Educação para o trânsito e cidadania

A maior parte das atividades da oficina “Educação para o trânsito e cidadania” é realizada em sala de aula, porém, durante o ano, a professora promove alguns passeios para as turmas dessa escola e de outras, em diferentes locais: Estação Ferroviária, Centro Cultural Matarazzo, Sest Senat (Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte), Aeroporto Municipal, Corpo de Bombeiro, Base do Helicóptero Águia da Polícia Militar, entre outros. Também realiza com os alunos abordagens dos motoristas e panfletagem sobre trânsito seguro em faixas elevadas de pedestres. A oficina conta com a parceria da Secretaria de Assunto Viários – SEMAV e, nos passeios, os alunos são acompanhados pelos agentes de trânsito.

Na sala em que acontece essa oficina, estão expostas diferentes atividades dos alunos, bem como cartazes de orientação sobre o trânsito seguro. Percebemos que, no início das aulas, a professora costuma retomar o que foi visto na semana anterior e faz

alguns questionamentos sobre as atitudes necessárias no trânsito, na escola e em outros espaços da rotina dos alunos.

Em uma das aulas na turma amarela, por exemplo, ela questionou os fatores importantes para o “trânsito legal” e os alunos responderam: obedecer às sinalizações, atravessar na faixa de pedestre com segurança, usar o cinto de segurança. Percebemos que os alunos mencionaram algumas regras de trânsito, porém não foram questionados a respeito dos princípios, ou seja, dos motivos para segui-las.

Em uma aula com a turma azul, a professora destacou a necessidade de respeitar as leis do trânsito, mas com base nas consequências das transgressões, ou seja, nas multas que são caras. Além disso, mencionou que as leis devem ser seguidas, pois há radar e guardas de trânsito pela cidade.

Na turma verde, presenciamos uma discussão sobre comportamento adequado no trânsito – na rua, na escola e em outros lugares. A professora explicou que há diversos tipos de trânsitos, inclusive de pessoas, e destacou vários exemplos de boas condutas: ser gentil, educado e respeitoso. Ela pediu para as crianças falarem mais exemplos e as mesmas mencionaram: ser obediente e atencioso. A professora disse que, principalmente, na escola, o trânsito é “apertado” e, por isso, deve-se tentar exercitar o que mencionaram.

Constatamos que, com frequência, a professora utiliza a expressão “cidadão de bem”. Em uma aula na turma vermelha, a professora pediu para os alunos escreverem e, ao fim da atividade, mencionarem as atitudes e comportamentos de um cidadão de bem. As crianças demonstraram já conhecer tal ideia, pois rapidamente realizaram o que foi solicitado e destacaram pontos interessantes: “Cidadão de bem é aquele que respeita o próximo”, “Ser educado”, “Ajudar quem precisa”.

A professora trabalha bastante com atividades impressas, para colorir, recortar e colar. Alguns alunos realizam as tarefas com atenção, demonstram respeito pela professora e atendem aos comandos. Porém, os que não se comportam dessa maneira atrapalham os demais, fazendo com que a professora dispense atenção somente com esses, dando bronca, pedindo para fazerem o que foi solicitado, exigindo silêncio e que se sentem.

Para tentar controlar as turmas, a professora faz algumas ameaças: “Será que vou ter que chamar a Professora Articuladora?”, “Você vai parar ou quer ir para fora?”; “Vou começar a marcar os nomes dos que não vão no passeio”. Por vezes, ela troca os alunos de lugar, para distanciar aqueles que conversam muito ou aqueles que estão em conflitos. Em uma das aulas observadas na turma amarela, um aluno deu um tapa no outro e a

professora ordenou que se sentassem e ficassem quietos. Na turma verde, uma aluna estava atrapalhando a de trás e a professora mudou a menina de lugar; logo em seguida, chamou a atenção da menina novamente, pois começou a conversar com outra colega.

Observamos que a professora acostumou apontar os lápis dos alunos para evitar bagunça no lixo. Apesar de existir esse hábito na oficina, um aluno pediu o apontador emprestado ao colega e a professora disse: “Para de pedir emprestado, a professora aponta”.

Ela, também, empresta os materiais quando os alunos precisam, para que não precisem pegar uns dos outros. Dessa forma, os alunos solicitam constantemente a professora, tornando-a sobrecarregada, pois, muitas vezes, precisa interromper a explicação ou o atendimento nas carteiras.

Sobretudo, vimos que é frequente o uso de recompensas, sendo que, na maioria das aulas observadas, a professora fez sorteios de brindes. Ela costuma fazer uma lista com os nomes dos alunos que permaneceram mais quietos e concentrados. Percebemos que todos os alunos ficavam muito animados com isso, porém, se comportavam conforme a professora exigia por pouco tempo e, durante todo o período, ela lembrava que teria sorteio naquele dia e que só participaria quem se comportasse bem e realizasse toda a tarefa. Muitas vezes, ela incluía os nomes dos alunos indisciplinados e atribuía elogios valorativos, a fim de incentivá-los a melhorar. Isso nos fez pensar que muitos alunos não têm consciência das regras, como também não identificam suas responsabilidades sem serem lembrados ou recompensados.

Percebemos que, na oficina, são abordados conteúdos relacionados a valores morais, e que, durante as discussões e nas correções das atividades, os alunos demonstram saber as atitudes e os comportamentos adequados para um bom convívio social, principalmente no trânsito.

Porém, nas relações cotidianas, vimos que são inúmeros os problemas de indisciplina, falta de respeito com a professora e alunos, violência entre os alunos e diferentes tipos de conflitos. O cenário é ainda mais problemático com as turmas dos alunos maiores, sendo que a própria professora mencionou várias vezes que os menores dão menos trabalho.

Isso nos faz pensar que muitas crianças não têm praticado o que apontam como bom, certo, correto e/ou adequado, talvez pela falta de oportunidade e de impedimento. Temos como exemplo a proibição do compartilhamento de materiais. Acreditamos que os alunos são capazes de cuidar dos materiais e, sobretudo, ajudar um colega que não

possui determinado material. Para isso, é necessário que os mesmos sejam incentivados a exercitar a reciprocidade e o valor de solidariedade durante as aulas, mas, ao contrário disso, vemos que os próprios adultos impedem tais disposições. Também, constatamos que as regras não são construídas coletivamente, utiliza-se punições e recompensas para inibir ou incentivar comportamentos; ou seja, dá-se ênfase às consequências dos atos ao invés de valorizar a importância dos mesmos.

Orientação de estudo e leitura (OEL)

Nesta oficina, apesar de seu nome remeter ao estudo e à leitura, a professora trabalha com jogos e brincadeiras; portanto, optamos realizar as observações nesta oficina por considerarmos que pode ser um espaço que possibilite trocas entre os alunos, bem como a construção de regras, de valores e de relações cooperativas.

Geralmente, ao entrar na sala, as crianças se dividem em pequenos grupos e brincam com jogos que a professora dispõe em cima de sua mesa, como dama, dominó, UNO, cancan. As próprias crianças se agrupam e pegam os jogos que desejam. Algumas brincam na lousa de jogo da velha, forca, roda do silêncio, pontinho.

Vimos que as crianças se deslocam de um grupo para outro, conforme o interesse pelo jogo ou brincadeira. Eles organizam sozinhos as ordens de jogadas e, em diversos momentos, presenciemos alguns reclamando quando alguém tentava trapacear ou quebrava algum combinado ou regra.

Percebemos que ao longo da aula, alguns alunos se dispersavam e paravam de brincar. Uns andavam pela sala e olhavam os demais jogando, alguns brincavam de pega-pega. Quando a professora se incomodava com um aluno, por estar em pé ou por atrapalhar os outros, por exemplo, ela chamava a atenção em voz alta da mesa dela e, por vezes, ameaçava tirar da brincadeira.

Em uma das aulas com a turma azul, os alunos chegaram do intervalo e demoraram para se organizar. A professora pedia silêncio, mas continuavam em pé e conversando. Então, ela disse: “vão sentar ou terei que chamar a Professora Articuladora?”. Em seguida, explicou que brincariam com jogos, que não era para atrapalhar ou fazer bagunça e que, quem não quisesse brincar, deveria tirar um cochilo na carteira.

Na turma amarela, observamos um grupo de alunos brincando de “verdade ou desafio”. Durante a brincadeira, as crianças fizeram perguntas sobre diversos assuntos,

principalmente sobre namoro, paquera, beijo, e desafiaram os colegas, como beliscar o outro e desarrumar o cabelo. Enquanto isso, a professora dizia: “Pra que gritar tanto?”, “Como vocês discutem!”, “Falem mais baixo”. Em nenhum momento houve direcionamento ou intervenção da professora.

A professora relatou que os alunos maiores estão terríveis, que falam mais alto e fazem mais gracinhas; já os menores são mais tranquilos e jogam mais quietos. Ela disse que já pensou em não trabalhar com as turmas dos maiores, mas resolveu permanecer porque são apenas dois dias na semana.

Apesar da professora mencionar que é mais fácil trabalhar com os alunos menores, não deixamos de observar situações de conflito entre os menores. Na turma vermelha, um aluno jogou uma cartolina enrolada para o alto, mas não acertou em ninguém. A professora disse que se machucasse alguém, ele seria encaminhado à direção.

Durante uma atividade com a turma verde, um aluno jogou a tampa da cola na colega. Ela reclamou para a professora, que ameaçou colocar o aluno para sentar-se perto dela. Ele disse que a menina também jogou as coisas nele. Então, a professora pediu para a menina sentar com a sua dupla em outro lugar, para ficarem longe dele, e disse: “Vocês não estão aqui para fazerem baderna”.

Vimos que esse tipo de conflito é frequente em todas as turmas, o que consideramos ser uma boa oportunidade para realizar discussões com os alunos e conduzir reflexões, por exemplo, em relação às consequências de jogar objetos em alguém. Porém, na maioria das vezes, o professor resolve os conflitos pelas crianças, ou utiliza ameaças e coerções para amenizar a situação. Também presenciamos momentos em que o professor ignorou os conflitos ocorridos entre os alunos ou as queixas e reclamações uns dos outros.

Como resultado disso, vemos que a postura autoritária do professor, ou neutra, na maioria das vezes, apresenta resultados momentâneos, uma vez que os conflitos não cessam; pelo contrário, os mesmos tipos se repetem. Como exemplo, presenciamos o mesmo aluno que jogou a tampa na colega, arremessar, sem a professora perceber, papéis amassados em outra aluna. Isso mostra que, apesar da professora afastá-lo da primeira envolvida, ele voltou a ter o mesmo tipo de comportamento; ou seja, a interferência da professora não resolveu o problema.

Em uma das observações na turma amarela, após bater o sinal para os alunos do programa irem embora, todos levantaram rapidamente e formaram fila perto da porta. A professora pediu para voltarem aos lugares e disse que ela não mandou levantar. Em

seguida, ela pediu para as meninas formarem fila primeiro e, depois, os meninos. Não foi explicado o motivo de não poder levantar. Em outros dias, não somente essa turma como outras, repetiram o ato.

Consideramos que essa situação é recorrente porque os alunos não compreendem o princípio dessa regra de não poder levantar sem a ordem da professora. Poderia ser explicado que a fila pode ser formada ao bater o sinal, mas com cautela e sem pressa para não machucar o colega, por exemplo. Ou, ainda, poderiam debater a possibilidade de, ao bater o sinal, levantarem e saírem com cuidado, mesmo sem fila, uma vez que os alunos são capazes de respeitar o espaço do outro quando os valores são discutidos e construídos coletivamente.

Em uma das observações na turma vermelha, a professora disse para permanecerem quietos para ouvirem o sinal do recreio, mas eles ficavam cochichando para ela não escutar. Em diversos momentos, presenciamos a professora ameaçando encaminhar algum aluno à diretoria. Além dos casos já citados, ouvimos a professora dizer a um aluno da turma azul que não ficava quieto: “Se você não calar a boca, você vai subir e falar para Professora Articuladora o porquê você está lá em cima”.

Apesar das ameaças, em nenhum momento isso ocorreu. Talvez seja também por esse motivo que os alunos voltam a incomodar. Sobretudo, compreendemos que eles repetem as ações que foram repreendidas pela professora pelo fato de não ter diálogo a respeito dos comportamentos e atitudes avaliadas como inadequadas. Isso nos leva a pensar que a professora estabelece as regras de acordo com a exigência dos acontecimentos, porém, como os alunos não são conduzidos a tomada de consciência, as mesmas são infringidas constantemente.

Com as observações, constatamos que o tempo da oficina é pouco aproveitado, pois percebemos que as atividades não são utilizadas para alcançarem objetivos específicos, e sim para ocuparem o tempo das crianças. Não há um direcionamento ou discussões sobre como jogar ou brincar. Cada um decide o que jogar e o próprio grupo estabelece as regras. Porém, geralmente, essas regras já são tradicionais dos jogos e conhecidas pelos alunos.

Ao final do período, as crianças demonstram que já se cansaram dos jogos, até porque são sempre os mesmos. Isso faz com que aumentem as conversas e o barulho na sala, e a professora, da sua mesa, chama a atenção dos alunos em voz alta. Para reverter tal situação, seria interessante um planejamento das aulas, com uso de jogos e brincadeiras para atingir determinados objetivos. Reconhecemos que o programa não disponibiliza

materiais diversificados, que despertem o interesse dos alunos; porém, poderiam ser propostas brincadeiras que as turmas ainda não conhecem e, também, alguns jogos poderiam ser confeccionados pelos próprios alunos.

Considerações finais

A educação integral, por permitir mais tempo de convivência, de socialização e de trabalhos coletivos, pode ser um espaço para se construir valores morais, como respeito, solidariedade, justiça, amizade, entre outros. Com base na teoria piagetiana, sabemos que as atividades em grupo são as mais propícias para desenvolvimento da moralidade, pois são nelas que a cooperação e a descentração podem ser trabalhadas. É na escola que tais atividades podem ser mais facilmente realizadas, sendo que, muitas vezes, na família, a criança não tem relação e/ou contato com outras crianças.

De acordo com a literatura da área da moralidade, a educação deve favorecer a construção de personalidades autônomas. Entendemos por autonomia moral a capacidade do indivíduo seguir determinadas regras, normas ou leis por vontade própria, sem a pressão de forças externas ou independentes dos resultados do ato, como, por exemplo, recompensa ou premiação. Por outro lado, o indivíduo é considerado heterônomo quando age por prudência, interesse, inclinação ou conformidade, sendo que a regra é cumprida apenas enquanto estiver presente o poder da autoridade que a estabelece (MENIN, 1996).

Nas oficinas investigadas, constatamos que, mesmo que de forma não planejada, os valores morais são transmitidos pelos agentes escolares, seja por meio de conversas, discursos ou imposição de regras. Porém, percebemos que não há uma proposta de educação em valores, no sentido de conduzir os alunos a refletirem sobre atitudes e comportamentos em situações conflituosas. Para garantir o cumprimento das regras e bom comportamento dos alunos, são utilizadas punições e premiações, bem como o medo de uma autoridade. Observamos que não são adotados procedimentos que oportunizem discussão, reflexão e construção de regras, de valores e de princípios.

Para que a educação integral seja palco para a educação em valores se faz necessário superar a visão de educação tradicional uma vez que a simples transmissão de valores pré-determinados pelas gerações passadas não garante o desenvolvimento de uma moral autônoma. Para Araújo (1996, p. 129), “tal insuficiência existe, exatamente, porque reforça a heteronomia e uma moral do dever puro. Esses valores que são externos ao

indivíduo, que não surgem de sua reflexão, tornam-se obrigatórios apenas enquanto estiver presente o poder da autoridade de onde emana”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, J. G.; ARAÚJO, U. F. (Org.) Em Foco: Ética e educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.26, n.2, jul/dez. 2000.

ARAÚJO, U. F. A construção social e psicológica dos valores. In: ARAÚJO, U. F.; PUIG, J. M.; ARANTES, V. A. (org). **Educação e valores: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2007. (Coleção pontos e contrapontos).

ARAÚJO, U. F. Escola, democracia e a construção de personalidades morais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.26, n.2. jul/dez. 2000.

ARAÚJO, U.F. O ambiente escolar e o desenvolvimento do juízo moral infantil. In: MACEDO, L. **Cinco estudos de educação moral**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996. p. 105-136.

BOTO, C. Ética e educação clássica: virtude e felicidade no justo meio. **Revista Educação e Sociedade**, ano XXII, n. 76, out. 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto por Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira)

GADOTTI, M. **Educação Integral no Brasil**: inovações em processo. São Paulo: Editora e Livraria Paulo Freire, 2009.

LA TAILLE, Y; MENIN, M. S. E. (et al.) **Crise de Valores ou Valores em crise?** Porto Alegre: Artmed, 2009.

LA TAILLE, Y. **Moral e ética**: dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre: Artmed, 2006. Capítulo 1, Moral e Ética. p. 11-69.

MENIN, M. S. S. Desenvolvimento moral. In: MACEDO, L. **Cinco estudos de educação moral**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996. p. 37–104.

MENIN, M. S. S. Valores na escola. **Educação e Pesquisa**, v. 28, n. 1, 91-100, 2002.

SHIMIZU, A. M. **As representações sociais de moral de professores das quatro primeiras séries do ensino de 1º grau**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciências e Filosofia. UNESP. Marília. 1998.

Silazaki, Raquel Pozzenato. **O processo de aprendizagem profissional de coordenadores pedagógicos para as/nas escolas de/em tempo integral no município de Araçatuba**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Unesp. Presidente Prudente. 2017.

TOGNETTA, L. R. P. **A construção da solidariedade e a educação do sentimento na escola**: uma proposta de trabalho com as virtudes numa visão construtivista. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

VÁSQUEZ, A. S. **Ética**. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

VINHA, T. P. **Os conflitos interpessoais na relação educativa**. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação. UNICAMP. Campinas, 2003.